

SNES

INFORMAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO DE UM SUPLEMENTO

Apropiava-se negociações difíceis, em que temos de estar preparados para demonstrar a nossa determinação e vontade. Apesar do clima da reunião de dia 8 de Novembro com o Secretário de Estado do Ensino Superior (V. Reunião com o Secretário de Estado do Ensino Superior, neste suplemento) ter aberto perspectivas de diálogo que em Julho não existiam, esta mudança no discurso oficial não pode levar-nos a abandonar a atenção ou a desmobilizar.

Muito embora tivéssemos decidido não partir greve para dia 20 de Novembro (V. A greve da Função Pública, neste suplemento) temos de estar preparados para desenvolver formas de acção em função do evoluir da situação, sendo a greve uma das possibilidades.

Este momento obriga-nos a manter um contacto mais estreito e mais frequente com os nossos associados pelo que decidimos recorrer a esta forma de suplemento do SNESup Informação, com menor ablação de qualidade gráfica.

A ajuda de todos é nesta fase essencial, mantendo-se informado, informando os colegas, dando-nos a conhecer situações de injustiça resultantes da aplicação do sistema retributivo e do congelamento de escalões ou comentando as propostas de estatuto de carreira que lhes fomos fazendo chegar.

REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR

Uma delegação da Direcção do SNESup esteve reunida com o Secretário de Estado do Ensino Superior no passado dia 8 de Novembro, tendo estado presentes o Director Geral do Ensino Superior e um assessor jurídico. A ordem de trabalhos avançada pelo SNESup incluiu os seguintes pontos:

1. Reescalamento
2. Estatuto Remuneratório
3. Ensino Superior Particular e Cooperativo
4. Ensino Superior de Enfermagem
5. Remuneração pelo exercício de outras funções
6. Financiamento do Ensino Superior Público
7. Estatuto Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico
8. Estatuto Carreira Docente Universitária.

ESTATUTOS DE CARREIRA

Antes de ter sido acordado seguir a ordem de trabalhos avançada pelo SNESup, o Secretário de Estado do Ensino Superior informou que pretendia fazer avançar e discutir e a negociação dos Estatutos de Carreira Docente, mostrando maior urgência quanto à do Politécnico. Afirmou que a SE não tinha nova proposta relativamente à de 1985, que já tinha na sua posse há algum tempo no parecer do CCISP, sobre esta carreira e solicitou uma proposta ao SNESup. Na posse das propostas, o Secretário de Estado do Ensino Superior nomeará um grupo de trabalho para que elabore um documento tão consensual quanto possível e que possa servir de base para

negociação.

Relativamente ao ECDU propõe-se seguir a nossa metodologia logo que tenha o parecer do CRUP, que afirmou não ter recebido, mas que o CRUP, em reunião com o SNESup a 8 de Outubro, afirmou ter sido enviado.

A carreira de investigação, nos aspectos específicos do ensino superior, o SNESup informou ter entregue uma proposta e discutido o assunto com o CRUP, que se comprometeu a agendar a sua discussão. A partir da definição da posição do CRUP haverá condições para negociar com a Secretaria de Estado do Ensino Superior e a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

REESCALONAMENTO

Entrando na ordem de trabalhos proposta pelo SNESup, reafirmamos o nosso empenho em negociar este ponto, tanto mais que a nossa proposta (publicada no SNESup Informação) fora já entregue à SEES.

Manifestamos a nossa preocupação pelo seu atraso, visto que deveria ter sido feito o primeiro reescalamento em Julho de 1990.

Em Julho o Secretário de Estado do Ensino Superior afirmou que ouviria o SNESup quanto a este assunto, logo que dispusesse de orientações gerais. Desta vez, estando já em posse dessas orientações, manifestou a intenção de convocar o SNESup para negociar, a partir do momento em que estivesse concluído o levantamento da situação actual, o que será em breve.

Foram apresentados pelo SNESup exemplos de situações que representam injustiças e são inaceitáveis, nomeadamente:

a) Passageiro no 2.º escalão dos Assistentes Estagiários que fizeram dois anos na categoria após 01.10.89, que continua congelado;

b) Manutenção no escalão 0 de docentes do Politécnico, ultrapassados por colegas promovidos após 01.10.89, que foram, e bom, para o escalão 1 da mesma categoria (entretanto tiveram conhecimento de situações idênticas na carreira de investigação);

Para além destas há outras situações, como o caso de reformas de Professores Catedráticos que não atingiram o topo da carreira devido ao congelamento dos escalões.

ESTATUTO REMUNERATORIO

Quanto ao estatuto remuneratório, cuja proposta publicada no SNESup Informação já tinha sido enviada ao SEES, houve também o compromisso do SEES de negociar, tendo em conta que os docentes e investigadores constituem corpos especiais com estatutos iniciárias e índices 100 diferentes do regime geral da Função Pública. Afirmou não estar em condições para iniciar as negociações por não dispor do enquadramento geral mas que, logo que o tivesse, seria aberta negociação a ter lugar na Secretaria de Estado do Ensino Superior com participação da Secretaria de Estado do

Orçamento ou, preferentemente, na Secretaria de Estado do Orçamento com a participação da Secretaria de Estado do Ensino Superior.

Foi manifestado pelo SNESup a preocupação quanto às replicações, nos salários a negociar para o ensino superior da limitação a 11,5% nos aumentos do regime geral da Função Pública (ver A Greve da Função Pública, neste suplemento). Foi ainda transmitido ao Secretário de Estado do Ensino Superior o conteúdo de pareceres que solicitamos aos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino superior, relativamente às dificuldades de recrutamento e fixação de docentes, imputáveis ao estatuto remuneratório.

OUTROS ASSUNTOS

Relativamente aos restantes pontos da ordem de trabalhos há a assinalar em síntese as seguintes conclusões:

1. Ensino Superior de Enfermagem

a) O processo de equivalência de habilitações na enfermagem, que afecta directamente os docentes das Escolas Superiores de Enfermagem, sofreu uma forte aceleração e estão a ser despachados cerca de 100 processos por dia, podendo vir a atingir 500 por dia;

b) O Secretário de Estado do Ensino Superior comprometeu-se a esclarecer com o Ministério da Saúde a dupla tutela, mesmo antes de sair o correspondente diploma regulador, por forma a que o SNESup possa saber com quem dialogar sobre as diversas questões levantadas (integração na carreira do Politécnico, horário de trabalho, etc.)

2. Ensino Superior Particular e Cooperativo

a) O Secretário de Estado do Ensino Superior comprometeu-se a enviar ao SNESup um parecer indicando que a responsabilidade da regulamentação da situação contratual dos docentes (art.º 403, nº 2, do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo) é da competência do Ministério do Emprego (o SNESup continuará, em paralelo, a elaborar um Contrato Colectivo de Trabalho a negociar com a Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo);

b) A Secretaria de Estado do Ensino Superior ficou de analisar a possibilidade de divulgar as propostas e avaliações que foram lugar ao licenciamento das escolas de ensino superior particular e cooperativo, tendo pedido ao assessor jurídico um parecer sobre o assunto. O SNESup informou que tinha pedido aos grupos parlamentares que já o tinham recebido (PS e PCP) que reuverssem essa informação na Assembleia da República.

3. Remuneração pelo exercício de outras funções

a) O Secretário de Estado do Ensino Superior informou que apenas aguarda publicação o diploma que rege o pagamento dos suplementos remuneratórios pelo exercício de funções de gestão nos estabelecimentos do ensino superior, com efeitos retroactivos a 1 de Outubro de 1989;

b) Relativamente ao suplemento de remuneração dos Professores Auxiliares exercendo funções de Professor Associado, o assunto será discutido no âmbito das negociações do ECDU, não tendo excluído a retroactividade.

COMENTARIO FINAL

Depois de uma reunião em Julho em que não houve abertura por parte do Secretário de Estado do Ensino Superior para negociações, em que no tocante ao reescalonamento falou

em ouvir o SNESup, em que os assuntos relativos ao Ensino Superior Particular e Cooperativo ou ao Ensino Superior de Enfermagem foram afastados limitadamente por considerar que a Secretaria de Estado não tinha nada a ver com o assunto, agora falou-se de negociações e de consenso. Comprometeu-se a clarificar a responsabilidade relativa do Ministério da Educação e de outros Ministérios.

Quanto aos estatutos da carreira ouviu-se falar em negociações e procura de consenso.

A mudança de discurso de Julho para Novembro foi radical, mas esperamos que se mantenha e tenha tradução de facto nos processos negociais que se aproximam, em termos das propostas e da condução das negociações.

A GREVE DA FUNÇÃO PÚBLICA

Tendo tomado conhecimento da marcação de greve por parte dos sindicatos de trabalhadores da Função Pública e de docentes para 20 de Novembro, a Direcção reuniu de imediato (14 de Novembro) para apreciar a possibilidade e interesse em marcar uma greve no mesmo dia. Esta marcação viria na sequência das decisões do último Conselho Nacional do SNESup (Ver SNESup Informação nº 2) e teria como objectivos potenciar os efeitos da greve da Função Pública e manifestar a nossa solidariedade com a sua luta.

A marcação da greve pelos sindicatos dos trabalhadores da função pública tinha como activo central a proposta de aumento de 11,5%, avançado pelo governo. A proposta é agora de 13,5% o que, embora possa ser acompanhado de normas mais restritivas de descongelamento de escalões, reduz o seu fundamento. É agora claro que apenas uma parte dos sindicatos irá aderir à greve o que lhe retira o impacto.

A marcação de greve coincidente pelo SNESup tinha o risco de as reivindicações do SNESup serem identificadas nomeadamente com as reivindicações gerais da função pública. Que não haja engano, as nossas reivindicações continuam a ser as mesmas e estão traduzidas nas propostas que foram divulgadas no SNESup Informação de Outubro.

Sem negar a nossa solidariedade com a luta da função pública em geral, por melhores condições remuneratórias e de carreira, mas tendo em conta que o processo negocial para o ensino superior não está esgotado, foi considerado não ser oportuno marcar greve para o dia 20 de Novembro, conscientes da delicadeza que sempre envolve a marcação ou não marcação de uma greve e do risco de desagradar a parte dos nossos associados.

SNESup - ANO 2

Fez no dia 14 de Novembro passado um ano que se concluiu a votação da Assembleia Constituinte do SNESup. Um ano a pôr de pé um Sindicato de todos nós.

Período tradicional de balanço, mas que a conjuntura e o acelerar dos acontecimentos não favorece. Um ano em que se tomaram decisões que podem não ter agradado a todos os associados, a mais recente das quais foi a de não marcar greve para 20 de Novembro.

Apelamos aos nossos associados para que nos escrevam e manifestar as suas opiniões, com a certeza de que as tomaremos em conta, todas. Só esperamos que não escrevam apenas quando discordam.